

A dimensão política da economia solidária no ambiente rural: uma análise comparativa das categorias sociais de agricultores familiares e assentados da reforma agrária

Diego Nascimento

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS

Eziel Oliveira

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Elcio Gustavo Benini

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS

Gabriel Sgrignoli Mello

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS

Leonardo Figueiredo Neto

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS

Wladimir Teixeira

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - ESAN/UFMS

Recebido: 09/08/2017 Versão revisada (entregue): 16/08/2018 Aprovado: 24/08/2018

Resumo

Este trabalho teve como objeto de estudo a dimensão política da economia solidária, na singularidade do ambiente rural brasileiro. Seu objetivo principal foi a análise comparativa da participação política dos empreendimentos solidários rurais classificados em agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Especificamente, investigaram-se suas formas de organização econômica e participação política *pari passu* com suas motivações e conquistas em organizações solidárias. A pesquisa foi realizada com base nos microdados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), consolidados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho (MTE), o que compreendeu uma população de 19.708 organizações. Para a análise dos dados utilizaram-se as probabilidades condicionais dos grupos selecionados, tendo como condicionalidade principal a participação em movimentos sociais, políticos ou sindicais. De acordo com os resultados, não obstante os grupos comparados tenham características organizativas similares, a participação política dos assentados da reforma agrária demonstrou-se mais significativa em relação às organizações de agricultores familiares, apresentando-se, ainda, como uma variável condicional explicativa no que se refere às principais conquistas dos empreendimentos solidários.

Palavras-chave | Agricultura familiar; economia solidária; emancipação social; participação política; reforma agrária.

Código JEL | J54 Q15 R14

THE POLITICAL DIMENSION OF SOLIDARITY ECONOMY IN THE RURAL ENVIRONMENT: A COMPARATIVE ANALYSIS ON THE SOCIAL CATEGORIES IN FAMILY GROUPS AND SETTLERS OF THE AGRARIAN REFORM

Abstract

This article had as object of study the political dimension of the solidarity economy, which is a singularity in Brazilian rural environment. Its main objective is a comparative analysis on the political participation of rural enterprises classified as family farmers and agrarian reform settlers. Specifically investigated as forms of economic organizations and participation of companies *pari passu* enterprises with their motivations and achievements in solidarity economy. The research was conducted based on the microdata of the Solidarity Economy Information System (SIES), consolidated by the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES) of the Ministry of Labor (MTE), which reach a population of 19,708 organizations mapped. For exploration, organization and data analysis, they were used as conditional probability on the selected groups, having as main conditionality the participation in social, political or union movements. According to the results obtained, despite the groups compared with the organizational characteristics, a political participation of the settlers in the agrarian reform proved to be more significant in relation to the associations of family farmers, presenting itself as a conditional explanatory variable in relation to the main achievements of solidarity enterprises.

Keywords | Agrarian reform; family farming; political participation; social emancipation; solidarity economy.

JEL-Code | J54 Q15 R14

LA DIMENSIÓN POLÍTICA DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA EN EL AMBIENTE RURAL: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LAS CATEGORÍAS SOCIALES DE AGRICULTORES FAMILIARES Y ASENTADOS DE LA REFORMA AGRARIA

Resumen

Este trabajo tuvo como objeto de estudio la dimensión política de la economía solidaria en la singularidad del ambiente rural brasileño. Su objetivo principal fue el análisis comparativo de la participación política de los emprendimientos solidarios rurales clasificados en agricultores familiares y asentados de la reforma agraria. Específicamente, se investigaron sus formas de organización económica y participación política *pari passu* con sus motivaciones y conquistas en organizaciones solidarias. La encuesta fue realizada con base en los microdatos del Sistema de Información en Economía Solidaria (SIES), consolidados por la Secretaría Nacional de Economía Solidaria (SENAES) del Ministerio de Trabajo (MTE), lo que comprendió una población de 19.708 organizaciones. Para el análisis de datos se utilizaron las probabilidades condicionales de los grupos seleccionados, teniendo como condicionalidad principal la participación en movimientos sociales, políticos o sindicales. De acuerdo con los resultados, a

pesar de que los grupos comparados tienen características organizativas similares, la participación política de los asentados de la reforma agraria se mostró más significativa en relación a las organizaciones de agricultores familiares, presentándose como una variable condicional explicativa que se refiere a los principales logros de los emprendimientos solidarios.

Palabras-clave | Agricultura familiar; economía solidaria; emancipación social; participación política; reforma agraria.

Código JEL | J54 Q15 R14

Introdução

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos de 1990¹, uma série de experiências coletivas, com finalidade econômica, política e social, consubstanciadas pelo trabalho associado, vem se concretizando no Brasil e na América Latina. Tais experiências organizacionais vêm sendo denominadas, em que pese as singularidades dos constructos teórico-metodológicos que as observam, como empreendimentos econômicos solidários, ou ainda, como uma economia solidária (BENINI, 2008a; BENINI; BENINI, 2008, 2010, 2015; BENINI; NEMIROVSKY; BENINI, 2012; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; MANCE, 2003; NASCIMENTO, 2004; SINGER, 2002).

De acordo com Singer² (2001, 2002, 2003), a economia solidária é uma resposta ao desemprego; é uma forma alternativa de geração de trabalho e renda, pautada na solidariedade entre os trabalhadores e na gestão democrática dos empreendimentos. Para o autor, a economia solidária compreende diferentes tipos de organizações, cuja finalidade é proporcionar benefícios econômicos e sociais aos associados (SINGER, 2001).

No que diz respeito às suas formas concretas e composição, tais organizações têm-se constituído em cooperativas, associações, organizações informais e empresas autogeridas pelos trabalhadores. É importante ressaltar que esses empreendimentos se originam e atuam em diferentes setores econômicos, assim como nos meios urbano e rural. De acordo com os microdados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), dos 19.708

¹ Período marcado por crises econômicas, mudanças no mundo do trabalho e pela ascensão da agenda neoliberal (MÉSZÁROS 2002; HARVEY, 2011).

² Sem dúvidas, Paul Singer foi e sempre será um dos grandes intelectuais da economia solidária. Capitaneou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre os anos 2013 e 2016, sendo substituído em decorrência do governo pós *impeachment*. Em 16 de abril de 2018, veio a óbito, deixando uma contribuição seminal para a ciência e, especialmente, para o campo da economia solidária.

empreendimentos já mapeados³ no Brasil, 10.899 são empreendimentos de agricultores familiares e 1.033 são oriundos de assentamentos da reforma agrária (SIES, 2012).

De fato, no meio rural – no qual esta pesquisa está concentrada – é muito comum observar a cooperação e a solidariedade entre produtores, visando sobretudo ganhos de escala por meio de compras e vendas compartilhadas (SINGER, 2002). De forma paralela a esse processo, é possível também observar que a cooperação econômica, a solidariedade e, principalmente, a perspectiva de autogestão engendrada, apresentam-se como fatores estruturantes de novas rotinas, hábitos e espaços socioeconômicos portadores de processos políticos emancipatórios⁴, cujo resultado extrapola a dimensão econômica (NOVAES, 2011).

Não obstante, ao mesmo tempo em que a economia solidária se evidencia como uma estratégia de desenvolvimento para os trabalhadores e pequenos produtores rurais, quando a solidariedade do “cooperativismo agrícola” se limita apenas à dimensão de compras e vendas, e “não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nele” (SINGER, 2002, p. 88), toda a potencialidade – em termos de conscientização política – da cooperação e da solidariedade torna-se limitada. Ora, *a priori*, essa situação/reflexão lançada por Singer coloca justamente em dúvida a própria concentricidade e efetividade da economia solidária, uma vez que: a maioria dos empreendimentos solidários mapeados se localiza no ambiente rural, e; que o elemento fundante da economia solidária, ou seja, a sua característica definidora, é a autogestão do empreendimento, ou pelo menos, a sua dinâmica construtiva e processual.

Face a essas ponderações iniciais – e partindo do pressuposto/consideração de que a organização política é uma condição *sine qua non* para que o movimento da economia solidária se fortaleça enquanto alternativa sistêmica e/ou societal –, o objetivo principal desta pesquisa foi a análise comparativa da participação política dos empreendimentos solidários rurais, classificados pelo SIES (2012) em agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Especificamente, investigou-se as formas de organização econômica e a participação política desses empreendimentos *pari passu* com suas motivações e conquistas em organizações solidárias. A hipótese levantada *a priori*, dada a natureza e a *práxis* político-organizacional dos trabalhadores rurais inseridos no movimento da reforma agrária, foi de que estes teriam uma atividade política mais intensa que os empreendimentos de agricultores familiares, com implicações nas suas motivações e conquistas.

³ Dados do terceiro mapeamento realizado pela SENAES. Para conhecer um resumo da política e histórico dos mapeamentos realizados SENAES, consultar o Boletim Informativo, Ano V, Edição Especial, ano 2013, da SENAES.

⁴ Para João Bernardo (2005), é a autogestão da luta e da produção que prepara a autogestão da sociedade.

A pesquisa foi realizada com base nos microdados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), consolidados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho (MTE), totalizando uma população de 19.708 organizações mapeadas no Brasil (SIES, 2012). Para exploração, organização e análise dos dados, foram utilizadas as probabilidades condicionais dos grupos selecionados – agricultores familiares e assentados da reforma agrária –, tendo como condicionalidade principal a participação em movimentos sociais, políticos ou sindicais.

A exposição da pesquisa inicia-se com uma discussão teórica sobre a questão agrária/rural brasileira e sua conexão com o problema da reforma agrária. Posteriormente, introduz-se a proposta do cooperativismo e da economia solidária como respostas necessárias e possíveis às mazelas do sistema produtivo hegemônico. Na sequência, discute-se alguns dados concretos do movimento da economia solidária na dimensão rural, a partir das questões de pesquisa expostas e do campo empírico anunciado. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Contexto da questão e da reforma agrária: discussões conceituais e determinações político-sociais

Mendonça (2006) faz um alerta para a (con)fusão entre reforma agrária – que surgiu principalmente a partir dos anos 1950 – e questão agrária – que permeia a história do Brasil desde a chegada dos portugueses –, uma vez que tal confusão tende a esvaziar e desqualificar todo o movimento histórico da luta social atrelada à participação, ou ao bloqueio, da população rural no processo político de construção das estruturas democráticas. O apelo à reforma agrária, em vista de questões técnicas – como mecanismo de eficiência produtiva e segurança alimentar –, ainda que seja de suma importância, acaba por ocultar as relações sociais de poder próprias do metabolismo do capital, em suas várias singularidades, criando, assim, uma mistificação acerca dos conflitos mais profundos ligados à questão rural.

Considerando alguns esclarecimentos conceituais, é válido ressaltar que embora os termos campesinato, pequena produção e agricultura familiar tenham origem e significado delimitado em determinados contextos políticos e históricos mais específicos da organização e debate agrário brasileiro, Schimitz e Mota (2007) esclarecem que esses conceitos assumem, em comum, a descrição em relação à população rural como um único segmento social.

É neste imbróglcio conceitual que, a partir de meados dos anos 1990, a Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) começaram a promover convênios de cooperação técnica e estudos (INCRA/FAO, 2000), fato

decisivo para a consolidação do conceito de agricultura familiar – e, junto dele, as decorrentes contradições. De acordo com o estudo, três principais características definiam a agricultura familiar:

a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 2000, p. 8).

No entanto, corroboramos com a perspectiva de Wanderley (1997) o qual pondera que a agricultura familiar é uma categoria analítica e, ao mesmo tempo, um conceito genérico, referente às populações ligadas às atividades rurais, portadoras de características heterogêneas, como certas especificidades culturais, sociais, econômicas e políticas. Assim, embora a categoria analítica agricultura familiar seja de grande utilidade, é imprescindível concebê-la na sua limitação de categoria genérica, pois abriga, em si, as contradições das particularidades do metabolismo rural. Esse é o caso, por exemplo, de agregar subcategorias com interesses muitas vezes antagônicos, como os agricultores familiares oriundos dos movimentos de luta pela terra junto com pequenas propriedades que concentram tecnologias de ponta e alto valor no mercado, com características de uma pequena burguesia rural.

Tratando mais particularmente do contexto político-social da questão e da reforma agrária, concorda-se com os com as considerações de Cristoffoli (2012) ao apontar que o Brasil possui uma das maiores taxas de concentração fundiária do mundo, concentração que ainda só tenderia a aumentar, devido às estruturas de poder estabelecidas historicamente na formação da propriedade de terra no país.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as propriedades maiores de 1.000 hectares representam apenas 0,91% dos estabelecimentos e, no entanto, concentram cerca de 43% da área total das propriedades de terra, enquanto que as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, representam 47% dos estabelecimentos, mas totalizam apenas 2,7% da área de ocupação das terras (IBGE, 2006).

Ou seja, o fato de cerca de menos de 1% dos proprietários rurais deterem quase metade da área total dessas propriedades no Brasil reflete uma estrutura de imensa concentração de terras nas mãos de grandes proprietários. Martins (2004) afirma que essa estrutura está relacionada a questões históricas de desigualdade e exclusão social que tem raízes ligadas até mesmo ao passado do caso de escravidão no país. Nessa perspectiva, Oliveira (2001) aponta ainda que o baixo nível de utilização

produtiva das terras dos grandes proprietários prejudica o setor agrícola e o desenvolvimento econômico no país.

Sobre a complicada relação política que existe na inserção dos pequenos produtores rurais, que podem ser representados tanto pelo seguimento de assentados da reforma agrária quanto por agricultores familiares, frente às questões agrárias, é mister ter em conta a visão de Romero, para quem “o sistema latifundiário é um sistema de poder e sua organização está destinada a assegurar o controle e as formas de tomada de decisões na sociedade pelos seus principais ‘chefes’: os grandes proprietários do campo” (ROMERO, 1998, p. 85).

Para Mendonça (2006) esses dilemas político-sociais da estrutura agrária brasileira também têm dificultado o desenvolvimento amplo do país, inclusive da própria democracia. Portanto, para haver uma perspectiva de totalidade a respeito da reforma agrária – no que diz respeito à distribuição de terras –, é fundamental conceituá-la em sua inserção na problemática mais ampla da questão rural, entendida como resultado das próprias disputas políticas e das correlações de forças na dinâmica Estado e sociedade. Assim, é preciso pontuar que a dimensão política da questão rural envolve:

o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político, e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a ‘mais adequada’ para o desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2006, p. 78).

Enquanto nos países mais desenvolvidos as políticas de reforma agrária foram implantadas prioritariamente, gerando uma maior distribuição de renda e diversificação produtiva no meio rural, no Brasil, grandes latifúndios seguem orientando suas práticas de monoculturas para exportação, ocasionando, como tendência, a falta de produtos ofertados para o consumo interno, gerando problemas como a insegurança alimentar (MARTINS, 2004).

Segundo os dados divulgados por Guanzioli (2001), em contraposição à agricultura patronal, cerca de 85% dos estabelecimentos rurais são unidades familiares, com aproximadamente 30% da área total ocupada, e responsáveis por pouco mais de 37% da produção agropecuária bruta, apesar de receberem apenas 25% dos recursos de financiamento.

Além de ser a principal fonte de ocupação de força de trabalho, tanto no espaço rural como em toda a economia do país, responsável por cerca de 1/3 da produção agropecuária, a agricultura familiar ou produção dos assentados – com todos os problemas conceituais e, principalmente, como organização econômica

concreta – é fundamental sob o ponto de vista da segurança alimentar no país, já que a agricultura patronal, consubstanciada na ideologia do agronegócio, se baseia na monocultura e tem foco principal na exportação (GILHOTO; SILVEIRA; ICHIHARA, 2006).

Nesse âmbito, Romero (1998) propõe a defesa de uma reforma agrária mais democrática para uma maior divisão das terras em pequenas propriedades a favor dos agricultores familiares ou produtores assentados, condição que transformaria a estrutura dominante de produção extensiva, típica dos grandes latifúndios brasileiros, para uma cultura de produção mais intensiva, baseada no máximo aproveitamento de terras e diversificação de cultivos. Porém, ressaltamos que essa defesa da maior divisão de terras que o autor (1998) propõe trata apenas parcialmente de um problema mais complexo, pois desconsidera as contradições entre concorrência e monopólio que são inerentes as condições do mercado capitalista.

Um fato pertinente quanto à dinâmica da concentração de terras, logo, da potencialidade de instrumentalização da terra e reprodução ampliada do sistema sociometabólico do capital – e, com isso, a legítima luta pela reforma agrária –, é a sua inter-relação com as leis fundamentais do sistema mais amplo, o sistema de acumulação. Assim, é indispensável admitir a própria contradição interna entre concorrência e monopólio, contradição tão presente no ambiente rural, como expressão singular da lógica do capital. De modo:

O pequeno proprietário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão (*handwerker*) que possui instrumento próprio, para com o dono da fábrica. [...]. A divisão da posse fundiária nega o grande monopólio da propriedade fundiária, o supra-some, mas apenas porque universaliza esse monopólio. Não supra-some o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Ela ataca a existência, mas não a essência do monopólio. A consequência disso é que ela cai vítima das leis da propriedade privada. A divisão da posse fundiária corresponde precisamente ao movimento da concorrência na esfera industrial. [...]. Ali, [...], nada resta senão regressar ao monopólio numa figura ainda mais hostil ou negar\supra-sumir a própria divisão da posse fundiária (MARX, 2004, p. 74-76).

Assim, ao discorrer sobre as relações e a dinâmica entre concorrência e monopólio na singularidade do ambiente rural, é essencial aludir-se ao problema da reforma agrária em sua complexidade e, assim, tensionar os efeitos de uma reforma agrária sem projetos de articulação e cooperação entre os pequenos produtores. Caso contrário, a lógica prevê justamente o desenvolvimento, *a posteriori*, de novas concentrações de terras e de poder no espaço rural.

As próximas seções trazem algumas alternativas que vêm sendo constituídas por movimentos concretos e projetos alternativos de coordenação e cooperação solidária, movimentos que inserem – pelo menos em nível teórico de abstração – a *práxis* política como ação social. Vale ressaltar que tal *práxis* é vista não apenas como um movimento em si de sobrevivência, mas como um movimento para si, portador de elementos questionadores da lógica dominante e alienante da produção capitalista. Procura-se assim, conforme anunciado no início deste texto, desvelar as particularidades dos trabalhadores rurais associados oriundos da reforma agrária em relação à categoria social de agricultores familiares que não passaram pela luta anterior pela terra.

A pequena produção rural: condições de vulnerabilidade e alternativas

Apesar de sua significativa relevância econômica e social no Brasil, grande parte dos segmentos da pequena produção rural – sejam eles oriundos ou da reforma agrária – encontram-se em condições de grande fragilidade frente a uma série de limitações e fatores adversos.

Cristoffoli (2012) caracteriza as unidades produtivas dos assentamentos da reforma agrária por uma baixa intensidade no uso de capital tecnológico, uma pequena escala de produção – pois se constituem, muitas vezes, em economias de subsistência – e um grau extremamente baixo de inserção no mercado. Além disso, os territórios de criação de assentamentos localizam-se, historicamente, sobretudo em terras marginais, distante dos centros de consumo e, geralmente, de baixa produtividade.

A infraestrutura e o acesso a serviços básicos são condições fundamentais para a organização dos assentamentos. A falta de investimento em recursos, como construções de redes de eletricidade, abertura de estradas, instalações de escolas e postos de saúde, acaba por inviabilizar as possibilidades de sobrevivência da pequena produção no campo (CRISTOFFOLI, 2012).

Diante dos baixos esforços para o planejamento e disponibilização de recursos por parte do Estado, uma parcela significativa dos assentados e pequenos produtores sobrevive em condições de extrema carência e marginalização. De fato, a emergência da agenda neoliberal e seu processo de implementação, principalmente após os anos de 1990 – processo que configurou a financeirização dos mercados agrícolas, comoditização da produção rural e ampliação da competição – resultaram no constante abandono de terras por parte dos pequenos agricultores e na extinção de comunidades rurais.

Diante dessas limitações e vulnerabilidades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais, Cristoffoli (2012) analisa que, na atual conjuntura do processo de reforma agrária, a preocupação central dos trabalhadores rurais se desloca da

luta pela terra para a necessidade de manutenção e desenvolvimento das pequenas unidades de produção. Tal necessidade estaria, portanto, determinando a abrangência da cooperação e do associativismo como condição vital para a sobrevivência dos camponeses na produção.

Não obstante as colocações de Cristoffoli, a abordagem funcionalista de Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) identificam os problemas técnicos de gestão como as principais carências de desempenho enfrentadas pelos agricultores familiares, propondo a adoção de tecnologias de gestão para a inserção dos pequenos produtores nas cadeias produtivas do agronegócio e maior competitividade no mercado. Sobre a gestão de tais empreendimentos, priorizando as dimensões de rentabilidade financeira e não sociais, os autores argumentam que

[...] é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre a articulação com os agentes de uma cadeia de produção e a consequente perda de poder decisório, em troca de maior rentabilidade e estabilidade. Uma parte significativa dos pequenos produtores rurais ignora a evolução do mercado e as alterações nos hábitos de consumo, olhando apenas a sua atividade, como se ela estivesse desvinculada dos demais segmentos de uma cadeia (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005, p. 10).

No entanto, além das condições de vulnerabilidade infraestrutural e de escassez de recursos materiais, avalia-se, aqui, que a dificuldade de inserção e de adaptação na dinâmica de concorrência desleal e centralizadora dos mercados representa uma das maiores dificuldades para os pequenos produtores rurais.

Motta (2007) entende que a lógica de subordinação é a maior possibilidade de inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas do agronegócio, o que torna esses pequenos produtores dependentes de decisões e interesses sobre os quais não possuem controle.

Devemos considerar as cadeias produtivas não apenas como uma sequência de fases da produção, mas como um lugar social onde os diversos atores sociais dispõem de mecanismos diferenciados de poder. Assim, cada elo da cadeia se apropria de quantidades desiguais das riquezas geradas e conta com poder diferente de decisão. A dependência com relação a grandes empresas, aos preços internacionais e à disponibilidade limitada do público consumidor para seus produtos, deixa os(as) agricultores(as) em posição dominada (MOTTA, 2007, p. 82).

É nesse contexto, a partir de formas de organização associadas e com base no princípio de autogestão, que a economia solidária vem se constituindo em uma alternativa ao modelo de inserção mercadológica de subordinação e

vulnerabilidade, propiciando uma estratégia de desenvolvimento, sustentabilidade e maior independência para a sobrevivência dos pequenos produtores rurais.

A economia solidária, por meio de empreendimentos autogestionários e direcionados ao desenvolvimento local, tem uma identidade muito forte com a forma de produção da agricultura familiar [...]. A possibilidade de inserir a agricultura familiar em circuitos que não estejam dirigidos aos grandes mercados exportadores e dominados pelas multinacionais é um vetor na direção de maior independência dos(as) agricultores(as) familiares. Para isso a associação entre agricultores é fundamental (MOTTA, 2007, 81).

Diante das confusões cooperativismo e economia solidária, termos muitas vezes entendidos como sinônimos, a próxima seção procura lançar luzes sobre o movimento histórico do cooperativismo e sua reconstituição mais contemporânea inserida no movimento da economia solidária.

Cooperativismo e economia solidária: uma outra proposta de desenvolvimento para a pequena produção rural

Tradicionalmente, a literatura sobre o cooperativismo no âmbito da produção rural comenta que as principais vantagens derivadas do modelo de organização cooperativo incluem a possibilidade de ampliação das escalas de operação, seja na ampliação da escala da compra de insumos, seja na realização das vendas. Assim, o agricultor anteriormente isolado pode superar a condição da falta individual de escala (RIOS, 1989).

Além da busca e dos benefícios advindos dos ganhos de escala, Estevam (2014) acredita que o acesso à formalidade e a alternativa de práticas comerciais de proximidade são, para os pequenos produtores rurais, outras vantagens estratégicas proporcionadas pelas formas de organização cooperativa e formação de redes.

Estevam (2014) propõe, ainda, que as cooperativas descentralizadas e as redes de cooperação são outras modalidades de enfrentamento ao modelo homogeneizante e excludente da comoditização da agricultura. A ausência de necessidade de infraestrutura centralizada seria a principal diferença do modelo de cooperativa descentralizada, além de ser uma possibilidade de promover a cooperação formal sem grandes instalações e elevados níveis de investimentos:

As cooperativas descentralizadas possuem certas vantagens em comparação as cooperativas tradicionais, são bem mais flexíveis,

possibilitam o contato direto entre produtores e consumidores, por meio da comercialização em rede de cadeias curtas de produção e consumo, por meio de mercados de proximidade, como são as feiras populares. Além disso, como se trata de pequenas estruturas organizacionais, a autonomia de cada cooperado(a) é mantida e o processo de decisão é mais democrático e participativo (ESTEVAM, 2014, p. 15).

Rios (1989) retoma o fato de que o surgimento do cooperativismo foi uma expressão do movimento operário em reação às condições de extrema exploração e precariedade decorrentes do desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, no início do século XVIII.

O cooperativismo europeu surge, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como parte de uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político. Não se pretendem superar apenas os males do capitalismo: pretende-se eliminar o próprio regime econômico que os provoca (RIOS, 1989, p. 21).

Um fato a ser ponderado é que a própria noção de cooperativismo se encontra em disputa, seja política ou ideológica. Na literatura que estuda e discute a organização do cooperativismo, há, pelo menos, duas correntes teóricas com abordagens divergentes. De um lado, uma corrente de cunho mais empresarial-funcionalista, mais centrada na eficiência cooperativa sob o ponto de vista dos resultados financeiros e ganhos econômicos a partir da competitividade no mercado (BIALOKORSKI, 2000; ZYLBERSZTAJN, 2002). De outro lado, uma proposta de cunho mais social, que tem no cooperativismo a principal forma de solidariedade e promoção dos interesses coletivos no processo de produção, perspectiva que vê a participação autogestionária como primordial para os propósitos sociais e políticos das cooperativas, cuja potencialidade de emancipação social encontraria abrigo justamente no processo de construção democrática do cotidiano, engendrando, assim, novas estruturas definidoras de ações pautadas em valores que transcendem a lógica do próprio mercado capitalista (BENINI; BENINI, 2010, 2015; FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004; NOVAES, 2011; SINGER, 2002).

Na abordagem que defende o cooperativismo patronal, cuja preocupação central é o desempenho econômico e mercadológico da cooperativa, Benini e Benini (2010) defendem que não há envolvimento ou participação ativa dos sócios membros. Além disso, haveria uma crescente utilização de trabalho assalariado; na prática, o processo decisório e a repartição dos ganhos não se realizam sob os princípios sociais e políticos do cooperativismo tradicional.

Com efeito, as formas de cooperativismo agrícola que funcionam com significativa parcela de trabalho assalariado parecem estar mais inseridas nas cadeias do agronegócio e nas condições de internacionalização dos mercados. Por sua vez, os sócios e cooperados são, ao mesmo tempo, proprietários das terras e pseudo⁵ gerentes nessas organizações, uma vez que a própria gestão tende a se burocratizar em classes distintas, dos sócios e dos trabalhadores. Para Zylbersztajn (2002), a autogestão como princípio fundador do cooperativismo é o principal entrave ao desempenho dessas organizações.

Na raiz da organização cooperativa está o fato de que o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos. Isto o induz a estruturar a sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como cooperação benigna. Nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 3).

Nessa vertente, Bialoskorski (2000) advoga que, para sobreviverem, as cooperativas necessitam de maior adaptação e competitividade em relação às condições de internacionalização e flexibilidade dos mercados. Assim, traz a proposta de abertura de capital e de modernização da gestão cooperativa por meio da gestão profissional, o que implicaria separação entre propriedade e controle desses empreendimentos.

O empreendimento cooperativo deve ser entendido como um sistema articulado de pequenas empresas independentes, e assim tem como atribuição fundamental, e como vantagem de negócios, a possibilidade de articular todo este sistema de produção ou prestação de serviços. Para que o gerenciamento de uma empresa cooperativa seja eficiente, é necessário que existam estruturas de monitoramento e incentivo a este processo. [...] Alguns países do mundo adotam diferentes tipos de monitoramento dos empreendimentos cooperativos por meio de auditorias especializadas do próprio sistema. [...] Este sistema de auditoria, especializado e independente, é que vai garantir o monitoramento, a separação entre a propriedade e o controle na empresa, gerando, portanto maior grau de confiança no sistema financeiro, podendo diminuir os custos de transação do financiamento e como consequência da capitalização de todo o sistema cooperativo (BIALOSKORSKI, 2000, p. 249).

⁵ O termo pseudo gerente aqui empregado refere-se ao processo de separação entre propriedade e gestão, uma vez que esta se torna uma função burocrática e especializada realizada por trabalhadores assalariados, restando aos cooperados apenas a participação nas assembleias, e não a gestão cotidiana da cooperativa.

Benini e Benini (2010) ressaltam que, além da separação entre propriedade e controle nessas organizações cooperativas, existe também a separação entre controle e execução, no caso: funcionários assalariados (proletários), trabalhadores gerenciais (tecnocratas) e os cooperados (empresários ou capitalistas proprietários). A cooperativa de caráter patronal reproduziria, então, uma estrutura social antagônica e de trabalho alienado, isto é, realizado em condições de separação entre trabalhador e meios de produção, portanto de alienação frente ao produto do próprio trabalho. Com efeito, é perceptível que mudanças institucionais dessas cooperativas se relacionam a uma preocupação cada vez maior com o econômico em detrimento do político e do social.

Ao mesmo tempo que os princípios cooperativistas representam o elo de ligação entre as organizações no mundo cooperativista, esses mesmos princípios delimitam as estratégias passíveis de serem adotadas pelas organizações cooperativas, criando um contraste com as organizações de outra natureza, em especial, as firmas que têm finalidade de lucro com as quais as cooperativas frequentemente concorrem (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 1).

Na direção contrária da imposição da organização hierarquizada e da criação de um ambiente baseado na competição, o cooperativismo solidário é, segundo Singer (2002), um modo de produzir e distribuir riquezas de maneira mais democrática, com a finalidade de promover a solidariedade nas organizações produtivas e no próprio ambiente de interação entre essas organizações.

Se, para os empreendimentos cooperativos de mercado ou de caráter patronal, a autogestão representa uma barreira de desempenho para os interesses de maximização dos lucros e ganhos privados, para o empreendimento solidário nega-se fundamentalmente o princípio de separação entre planejamento e execução do processo de trabalho, ou ainda, da divisão entre propriedade e controle proposta por Zylbersztajn (2002) e Bialokorski (2000). Singer (2002, p. 22) sublinha que o principal mérito da autogestão não é “a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes.”

Conforme Motta (1981), a autogestão é baseada em outro tipo de cooperação, que nega fundamentalmente o antagonismo entre os indivíduos participantes do processo produtivo. Com isso, além da potencialidade que a cooperação pode desenvolver em termos de eficiência econômica, é crucial não perder de vista a sua potencialidade no que diz respeito ao próprio desenvolvimento humano, engendrando práticas políticas – como o processo decisório democrático – no seio das múltiplas organizações, promovendo assim o que Novaes (2011) chamou de o retorno do caracol para a sua concha.

São com os argumentos supracitados que aqui se considera a economia solidária como uma alternativa viável de manutenção e desenvolvimento das pequenas unidades de produção rural. A abrangência da cooperação e do associativismo entre agricultores familiares e assentados da reforma agrária tem sido uma efetiva estratégia de enfrentamento à competição desigual e à condição de vulnerabilidade criada pela inserção subordinada da pequena produção rural nas cadeias produtivas do agronegócio. Em vista da relevância que a luta política assume nesse movimento que se insere no seio da totalidade capitalista – e assim saturado de contradições –, a próxima seção, tendo em vista os objetivos deste trabalho, insere a comparação entre as categorias sociais, mapeadas pela SENAES, de assentados da reforma agrária – portanto que lutaram pela terra – e agricultores familiares – que não participaram diretamente pela luta pela terra. Procura-se, assim, entender como têm se organizado politicamente – e assim os desdobramentos dessa organização – os empreendimentos dos trabalhadores associados, no ambiente rural.

Economia solidária e participação política: uma comparação entre as categorias sociais de assentados da reforma agrária e agricultores familiares

Antes de elencar os dados e tecer as respectivas análises, é importante esclarecer alguns pontos sobre o campo empírico e os procedimentos metodológicos. *A fortiori*, é importante ressaltar que as análises a seguir não buscam uma explicação do tipo positivista, mas, simplesmente, a compreensão do fenômeno a partir da descrição de algumas possíveis pluricausalidades.

No que concerne ao campo empírico, os números apresentados referem-se aos dados obtidos pelo último mapeamento – que consolidou a base de 2013 – realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que cristalizou o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES). Sobre o banco de dados, a SENAES assim expõe:

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil (SENAES, 2013, p. 1).

Também se realçam os objetivos desse esforço do Governo Federal brasileiro, pois, sob o ponto de vista das ações dos governos, tanto federal, quanto estaduais e municipais, tal mapeamento é estratégico para o conhecimento da realidade e,

assim, para a construção de políticas públicas mais próximas da realidade. Conforme ainda a SENAES, os objetivos do mapeamento foram:

a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (SENAES, 2013, p. 1).

Outra informação sobre o mapeamento realizado pela SENAES é a caracterização dada aos empreendimentos que foram listados como pertencentes à economia solidária. De acordo com a SENAES, foram incluídas as seguintes organizações:

Coletivas – serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e; que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (SENAES, 2013, p. 1).

Ainda sobre o campo empírico, conforme já apontado na seção introdutória desta pesquisa, a SENAES mapeou 19.708 empreendimentos solidários no Brasil, sendo 10.899 empreendimentos de agricultores familiares e 1.033 oriundos de assentados da reforma agrária (SIES, 2012).

Feitos esses esclarecimentos a respeito do banco de dados e do campo empírico, é importante clarificar ao leitor como ocorreu o processo de comparação das categorias sociais analisadas – assentados da reforma agrária e agricultura familiar – e os procedimentos metodológicos utilizados. Para a comparação das categorias

sociais e o possível desdobramento e influência da participação políticas em outros processos, como um fator explicativo, utilizou-se da técnica de probabilidade condicional (WOOLDRIDGE, 2010).

Como a condicionalidade ampla desta pesquisa foi a participação política – ou a não participação – e os seus possíveis desdobramentos, a Tabela 1 exibe algumas motivações para a criação de empreendimentos solidários. As colunas 3 e 5 são relativas à condicionalidade de participarem em movimentos sociais, populares ou sindicais. Os valores representados são expressos em porcentagem. Assim, a Tabela 1 refere-se aos dados de múltipla escolha relacionados à motivação dos assentados e agricultores familiares quanto à criação do empreendimento. Na base original dos dados, os assentados ou cooperados poderiam escolher mais de uma alternativa, pois não foram excludentes.

Tabela 1 – Motivação para a criação dos empreendimentos, segundo assentados e agricultores familiares, em percentuais, dado que, obrigatoriamente, eles participam de movimentos sociais, populares ou sindicais.

Motivação	Assentado	Assentados condicionados à participação política	Agricultores Familiares	Agricultores Familiares condicionados à participação política
Uma alternativa para o desemprego	39.21	79.51	36.80	65.35
Obtenção para maiores ganhos em um empreendimento associativo	48.40	82.4	45.40	61.36
Uma fonte complementar de renda para os associados	46.37	80.38	45.56	64.58
Desenvolvimento de uma atividade em que todos são donos	39.40	87.96	40.50	70.16
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	12.49	86.82	12.01	68.75
Condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios	34.46	89.61	29.28	73.64
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	2.90	86.67	2.28	70.56
Motivação social, filantrópica ou religiosa	17.04	89.77	16.52	76.79
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	32.53	85.42	30.28	73.45
Alternativa organizativa e de qualificação	18.97	90.82	15.48	71.55
Incentivo de política pública (governo)	18.49	87.43	18.10	71.21
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	12.58	86.15	8.48	76.08
Fortalecimento de grupo étnico	10.94	84.96	10.68	70.53
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	12.29	90.55	10.61	78.29

Fonte: adaptado de SENAES (2013).

Observa-se que as principais motivações para ambas as categorias sociais analisadas para criação do empreendimento solidário – independentemente de participarem ou não de movimentos sociais, populares ou sindicais – seriam os maiores ganhos com o empreendimento associativo. Esta hipótese está de acordo com Rios (1989), para quem o modelo de organização cooperada possibilita ampliar a escala de produção; portanto, o produtor individual tem uma desvantagem comparativa, ao não cooperar.

O segundo fator mais importante para a criação dos empreendimentos para as duas categorias seria tornar-se uma fonte complementar de renda para os associados. Ou seja, os assentados e agricultores familiares entendem, como a segunda motivação mais relevante, aumentar a fonte de renda para todos os trabalhadores, algo que não se constata necessariamente em outras formas de organização. A participação dos lucros ocorre em outras organizações, mas não é uma pré-condição obrigatória.

O terceiro fator seria o desenvolvimento de atividades em que todos são donos. Isso também está de acordo com a literatura. Segundo Singer (2002), a economia solidária é um modo mais democrático de distribuir riquezas, cuja finalidade é promover a solidariedade na organização.

É curioso notar que, quando os assentados participam de movimentos sociais, populares ou sindicais, muitas alternativas passam a ser essenciais para a motivação, tais como: possibilidade de atuação profissional em atividade econômica; motivação social e filantrópica; alternativa organizativa e de qualificação; incentivo de políticas públicas. Entretanto, as principais são a produção ou a comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos; a alternativa organizativa e de qualificação; e a motivação social.

De acordo com a análise condicional, percebe-se que quando inseridos em movimentos sociais, populares e sindicais, os assentados demonstram maior preocupação com a sustentabilidade e a tentativa de melhorar a sociedade a qual pertencem. Já, a categoria social de agricultores familiares – ou seja, aquela que não lutou diretamente pela terra –, contudo, quando envolvidos em movimento sociais, apresentou um impacto menor em todos os subitens de motivação

No que diz respeito às principais conquistas com a formação de empreendimentos solidários, conforme a Tabela 2 abaixo, a condicionalidade na participação de movimentos sociais, populares ou sindicais, se mostrou expressiva, destacando-se a integração do coletivo; a geração de renda e maiores ganhos para os sócios e; conquistas para comunidade local. Entretanto, quando se considera apenas os assentados da reforma agrária que tiveram participação política ativa, outras conquistas passam a ser mais importantes, tais como: conquistas para a comunidade (87%); comprometimento dos sócios (85%); e a autogestão e o exercício da democracia (81%).

Em relação aos agricultores familiares, desconsiderando a participação política, as conquistas com maior número de respostas foram: integração do grupo/coletivo (62%); geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios (55%); autogestão e o exercício da democracia (45%). Nas conquistas assinaladas incluindo a participação política, as categorias que receberam um número elevado de respostas foram: conquistas para a comunidade local (72%); comprometimento social dos sócios (71%); autogestão e o exercício da democracia.

Tabela 2 – Principais conquistas obtidas pelos empreendimentos, em percentuais, dado que, obrigatoriamente, eles participam de movimentos sociais, populares ou sindicais.

Conquistas	Assentados	Assentados condicionados à participação política	Agricultores Familiares	Agricultores Familiares condicionados à participação política
Geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios	58.76	80.40	55.51	61.82
A autogestão e o exercício da democracia	45.40	81.24	45.67	67.66
A integração do grupo/coletivo	66.51	81.22	62.91	66.73
O comprometimento social dos sócios	35.14	85.67	35.86	71.44
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura)	53.44	87.32	44.52	72.79
Outro	19.36	91.5	53.44	77.04

Fonte: Elaborado pelos autores com base em SENAES (2013).

Face ao exposto, é possível afirmar que quando há participação política, há maiores conquistas para assentados da reforma agrária e agricultores familiares. Entretanto, a participação política dos assentados fez com que mais de 80% obtivessem grandes conquistas, diferentemente dos agricultores familiares, em que o percentual é menor.

Considerações finais

O objetivo principal desta pesquisa foi a análise comparativa da participação política dos empreendimentos solidários rurais, classificados em agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

A pesquisa partiu da hipótese de que o movimento de luta pela terra, característica inerente aos assentados da reforma agrária, seria um condicionante à participação política dessa categoria social, diferentemente dos agricultores familiares, em que a luta pela terra não ocorreu por meio de um movimento político. O resultado da análise comparativa levou à confirmação dessa hipótese.

Portanto, os assentados da reforma agrária exercem uma atividade política mais intensa que os agricultores familiares, com implicações nas suas motivações, associadas às maiores conquistas para os empreendimentos. Os testes de condicionalidades nas respostas sugerem que, quanto maior a participação política, maior é a motivação e maiores são as conquistas, principalmente entre os assentados.

No Brasil, os segmentos de trabalhadores rurais, representados pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, desempenham uma preponderante função econômica e social. É mister novamente ressaltar que realizam cerca de 1/3 da produção agropecuária e garantem a maior contribuição para a segurança alimentar no país (GILHOTO; SILVEIRA; ICHIHARA, 2006).

No entanto, além das assimetrias de relações de poder e concentração fundiária no campo, as possibilidades de sobrevivência e organização dos pequenos produtores rurais, muitas vezes, também acabam sendo inviabilizadas ou muito enfraquecidas pela localização em terras marginalizadas das disponibilidades de condições de infraestrutura e de serviços públicos básicos, situação agravada pela falta de planejamento adequado e de investimento público efetivo.

Reconhecendo essas várias dificuldades, é fundamental que os pequenos produtores encontrem alternativas que lhes assegurem as suas atividades. A luta pela reforma agrária baseada na divisão fragmentada de pequenas propriedades perde centralidade para a necessidade da criação de estratégias de fortalecimento mútuo e de desenvolvimento organizativo sustentável entre os trabalhadores do campo.

Ao invés de os pequenos produtores rurais se inserirem de forma fragmentada, subordinada e vulnerável na concorrência mercadológica e desigual das cadeias produtivas do agronegócio, como proposto pelas iniciativas de cunho mais patronais, que priorizam resultados financeiros e ganhos privados, a alternativa do movimento de articulação política e social cooperativa e autogestionário da economia solidária representa uma superior estratégia de desenvolvimento

produtivo e sustentável para fortalecer a maioria dos segmentos sociais que dependem do trabalho rural ou campesino.

Não obstante, as experiências alternativas que, internamente e em suas interações, se organizam por meio da estratégia de cooperação solidária e autogestionária trazem, também, uma essência de ação social que vai além de uma postura defensiva e de sobrevivência frente as dinâmicas que reproduzem exclusão e desigualdades sociais, e são formadas por uma *práxis* política capaz de disseminar novas formas de relações sociais que confrontem os imperativos do sistema de produção capitalista.

Referências

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Paulo: EDUFSCAR, 2004. p. 43-65.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. Reforma agrária no contexto da economia solidária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 13, p. 6-15, jul./dez, 2008.

BENINI, E. G. Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de estudo multicascos. 2008a. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Revista Organização e Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, 2010.

BENINI, E. A.; NEMOROSKY, G. G., BENINI, E. G. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **Revista Org & Demo**. Marília, v. 13, n.2, p. 9-20, 2012.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Organização e Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 325-344, 2015.

BERNARDO. J. A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. **Piá Piou**: Revista do coletivo Cactus. Coletivo de mulheres que atua autogestionariamente em educação, São Paulo, n. 3, nov. 2005.

BIALOSKORSKI, S. Agribusiness Cooperativo. In. **Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares**. ZYLBERSTAJN, D.; NEVE, M. F. (Orgs). São Paulo: Pioneira, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: BENINI, E.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 121-152.

ESTEVAM, D. O. **Inovações na Agricultura Familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GILHOTO, J. J. M; SILVEIRA, G., ICHIHARA, S. M. A importância do agronegócio familiar brasileiro. **Revista Estudos Regionais**, Rio de Janeiro, n 03, p. 355-382, jul/set 2006.

GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: maio de 2011.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, p. 185-206, set/dez. 2001.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDONÇA, S. R. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964- 1990. In. STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOTTA, F. P. **Burocracia e Autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense s.a.,1981.

MOTTA, E. **Economia solidária e agricultura familiar, uma integração necessária**. Rio de Janeiro: Democracia Viva, 2007.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília: Textos para discussão/SENAES, 2004.

NOVAES, H. T. **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROMERO, J. I. **Questão agrária**: latifúndio ou agricultura familiar. São Paulo: Moderna. 1998.

SCHIMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura Familiar: Elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**, Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, Dec. 2001

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SIES. **Sistema Nacional de informações em Economia Solidária**. Microdados. CD-ROM. Brasília, 2012.

SENAES. **Boletim Informativo**. Ano V. Edição Especial. Base de dados SIES. 2013.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TAVARES, E. D.; MOTA, D.M.; IVO, W. M. P. M. Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiros costeiros de Sergipe. Aracajú - SE, **Anais Agricultura familiar em debate**. Aracajú, Embrapa-CPATC. p. 9-40, 1997.

WOOLDRIDGE, J. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge: MIT Press, 2010.

ZYLBERSTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Working Paper n 02/017**. FEA. São Paulo: USP, 2002.

Endereço para correspondência:

Diego Nascimento – diegofederichi@gmail.com
Cidade Universitária, Caixa Postal 549
79070-900 Campo Grande/MS, Brasil

Eziel Oliveira – eziliveira@gmail.com
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632
80210-170 Curitiba/PR, Brasil

Elcio Gustavo Benini – elciobenini@yahoo.com.br
Cidade Universitária, Caixa Postal 549
79070-900 Campo Grande/MS, Brasil

Gabriel Sgrignoli Mello – mellos.gabriel@gmail.com
Cidade Universitária, Caixa Postal 549
79070-900 Campo Grande/MS, Brasil

Leonardo Figueiredo Neto – lfneto@gmail.com
Cidade Universitária, Caixa Postal 549
79070-900 Campo Grande/MS, Brasil

Wladimir Teixeira – wladimirteixeira@zipmail.com.br
Cidade Universitária, Caixa Postal 549
79070-900 Campo Grande/MS, Brasil

